

Qui, 17 de Novembro de 2011.  
17:03:00.

**TELETIME | TV POR ASSINATURA**  
ANCINE | AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA

## Ancine estima em R\$ 400 milhões os recursos adicionais para produção audiovisual

A **Ancine** estima em R\$ 400 milhões o volume de dinheiro adicional que deve ser gerado para o setor de produção audiovisual por conta dos mecanismos previstos na Lei 12.485/2011, que criou novas regras para o mercado de TV paga. Esse é o montante de recursos decorrentes da arrecadação da Condecine a ser paga pelas empresas de telecomunicações que, potencialmente, possam prestar o serviço de acesso condicionado, como prevê a lei. Em evento realizado pela TELAVIVA e pela TELETIME para discutir os impactos da nova legislação sobre a produção audiovisual, **Manoel Rangel**, presidente da **Ancine**, lembrou que o fato gerador dessa contribuição começa em janeiro de 2012 e que o recolhimento começa efetivamente em março. Para isso, a agência prepara uma regulamentação específica sobre o tema.

Segundo Rangel, essa nova contribuição representará um desafio novo para a **Ancine** e para as empresas. "Apesar de já haver uma rotina para o pagamento da TFF conhecida pela Anatel, o que temos agora um recolhimento novo", explica o presidente da **Ancine**. A Contribuição, ressalte-se, foi estabelecida pela Lei 12. 485 e veio na proporção exata da redução da cobrança do Fistel por parte das operadoras. Segundo **Manoel Rangel**, esse montante de R\$ 400 milhões praticamente quadruplica o que se tem disponível hoje no Fundo Setorial do **Audiovisual** para fomento, e representa 150% a mais em relação a todos os recursos incentivados disponíveis hoje no Brasil.

### Crerios

Segundo **Manoel Rangel**, caberá ao Comitê Gestor do Fundo Setorial **Audiovisual** estabelecer os critérios para aplicação desses recursos, mas são esperadas diretrizes que fomentem especificamente a produção para **TV por assinatura**. Parte desses recursos serão utilizados também para fomento da atividade cinematográfica, diz Rangel, mas serão tomados cuidados para garantir que essa produção cinematográfica seja aproveitada também no setor de televisão.

Segundo Rangel, a operação desses recursos exigirá da **Ancine** e do fundo uma " outra mecânica, mais ágil na seleção de projetos e prazos mais curtos para a entrega de obras".

Rangel reconhece que existe um grande desafio da **Ancine** em relação à sua estruturação, e já foram iniciados estudos sobre as necessidades da agência. Nesse momento, alguns estudos referentes à reestruturação do Fundo Setorial **Audiovisual** já foram passadas ao governo, e futuramente uma proposta de reestruturação da própria agência também será levada ao Executivo para permitir que a **Ancine** seja adequadamente aparelhada para atender às demandas da Lei 12.485/2011.

Im